

Modelo de distrito agroindustrial

Repensando políticas públicas¹

Amilcar Baiardi²
Maria Clotilde Meirelles Ribeiro³

Resumo – O presente artigo baseou-se em uma revisão de literatura que visita autores clássicos e contemporâneos de relevância, além de cases de distritos agroindustriais que exibem alto desempenho de reconhecimento mundial, para focalizar o distrito agroalimentar italiano, que se constitui a partir de uma forma peculiar de concepção e organização de sistemas agroindustriais que tenta explicar as relações entre agricultura e indústria, a partir dos estudos realizados por Davis e Goldberg e pela escola de economia industrial francesa, na década de 1960. Os distritos agroalimentares italianos, além de exibirem traços gerais dos sistemas agroindustriais, avançam em termos de capacidade de criar no território uma atmosfera de distrito industrial marshalliano, em que as relações são sempre mais estreitas e explícitas entre os agentes no interior da aglomeração produtiva. Essa atmosfera de cooperação propicia ao distrito converter-se em habitat de inovações e exemplo de compartilhamento e, ao mesmo tempo, de redução dos riscos e de aquisição de competitividade. Este texto tem como propósito repensar as políticas públicas em relação às aglomerações produtivas e às formas de organizações das empresas agroindustriais no território.

Palavras-chave: agronegócio, desenvolvimento local, organização industrial.

Agrindustrial district model: rethinking public policies

Abstract – This article is based on a literature review that visits classic and contemporary authors of relevance, as well as cases of agro-industrial districts that exhibit high performance of worldwide recognition, in order to focus on the Italian agrifood district (typical agrifood local system). This type of organization constitutes a peculiar form of concept of organizing agribusiness systems. This concept tries to explain the agriculture and industry relations based on the studies conducted by Davis and Goldberg and by the French School of Industrial Economics, in the 1960s. Besides exhibiting general traits of agro-industrial systems, the Italian agrifood districts advance as for their capacity to create an atmosphere of a Marshallian industrial district in the territory, in which relationships are always closer and more explicit between agents within the productive agglomeration. This cooperative environment helps the district to become an innovation habitat able to share and, at the same time, to reduce entrepreneurial risks and acquire competitiveness. This paper aims to rethink public policies regarding industrial settlements and productive forms of agribusiness organizations in the territory.

Keywords: agribusiness, local development, industrial organization.

¹ Original recebido em 10/2/2023 e aprovado em 22/5/2023.

² Universidade Católica do Salvador (Ucsal). E-mail: amilcar.baiardi@gmail.com

³ Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). E-mail: clotilde.ribeiro@univasf.edu.br

Introdução

As transformações que vêm ocorrendo em âmbito mundial nos sistemas agroalimentares evidenciam um papel de relevância crescente para sua forma de inserção territorial que se convencionou denominar distrito agroalimentar. Ele exibe formas distintas de concepção e organização de sistemas produtivos na agricultura e nas etapas seguintes de pós-colheita, beneficiamento e transformação agroindustrial. A complexidade dos sistemas produtivos na relação agricultura-indústria vem se manifestando porque se constituíram no caminho para explicar o sucesso do atendimento às necessidades alimentares no Pós-Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, várias construções conceituais foram desenvolvidas no âmbito dos sistemas produtivos na agricultura-indústria. Os estudos começaram com o desenvolvimento de dois conceitos – o primeiro, de Commodity System Approach, CSA, (Davis & Goldberg, 1957), e o outro, de Filière, “cadeias” (escola francesa), os quais veem o agronegócio sob uma ótica que valoriza as relações entre os agentes de um sistema e repensam a distinção tradicional entre setor agrícola, de um lado, e setor industrial e de serviços, do outro.

Mais recentemente, no Brasil, foi conceituado o Sistema Agroindustrial, SAG, que incorpora os componentes do CSA e da Filière e pode ser considerado um conjunto de atividades necessárias para a produção de produtos agroindustriais.

Por sua vez, a experiência do distrito agroalimentar italiano, DAI, incorpora muitos dos elementos constitutivos do CSA, da Filière e do SAG, mas avançando mais quanto às relações da cadeia produtiva, de onde decorre um distrito industrial diferenciado e específico e com um envolvimento intenso com o território, o que garante a ele vantagens diante dos conceitos anteriores.

Este texto visa fomentar um repensar das políticas públicas em relação às aglomerações produtivas e às formas de organizações das empresas agroindustriais no território, tendo em vista as profundas complexidades da multiterritorialidade brasileira, que exibe concentração fundiária,

assimetria de condições e acentuadas desigualdades sociais. Sob o aspecto metodológico, esta pesquisa faz uma revisão de literatura, visitando obras de clássicos e de relevantes autores contemporâneos que estudaram a temática dos sistemas produtivos agroindustriais, citando-se de modo especial as contribuições de Davis & Goldberg (1957) e Goldberg (1968), que constituem o marco teórico inicial na temática. Além dessas obras, o estudo analisa o case de sucesso dos distritos agroalimentares italianos, com base em diversos autores, incluindo Iacoponi (1990), Amin (1993) e De Rosa (1997).

Conceito e características das cadeias e aglomerações agroindustriais

A partir dos trabalhos de Davis & Goldberg (1957), Goldberg (1968) e da escola de economia industrial francesa, na década de 1960 (Zylbersztajn, 1995), os estudos sobre complexificação dos sistemas produtivos na relação agricultura-indústria adquirem relevância porque se constituíram no caminho para explicar o sucesso do atendimento às necessidades alimentares no Pós-Segunda Guerra Mundial. Segundo Omote (2009), tais estudos tiveram início com o desenvolvimento de dois conceitos: o primeiro, de Commodity System Approach, CSA (Davis & Goldberg, 1957), e o outro, de Filière, “cadeias” (escola francesa). Ambos os conceitos viam, como ponto de convergência, o agronegócio sob uma ótica que valoriza as relações entre os agentes de um sistema, além de repensar a distinção tradicional entre setor agrícola, de um lado, e setor industrial e de serviços, do outro.

O enfoque de CSA antecipou as principais tendências dos sistemas agroalimentares modernos. Primeiro, porque detectou as elevadas taxas de mudanças tecnológicas ao nível de produção agropecuária. Depois, porque indicou a forte relação entre a indústria de alimento e o sistema de distribuição.

No referido trabalho, os autores apresentaram uma análise histórica e uma visão evolutiva do agronegócio. No pós-guerra, a produção de alimentos passou a ser crescentemente dependente de insumos industrializados. Adicionados às atividades de armazenagem, o processamento e a distribuição passaram a ser demasiadamente complexos para merecerem um enfoque conceitual meramente vinculado ao produtor rural. Tal enfoque deu base para a introdução do tema “dependência intersetorial”.

Goldberg (1968) definiu o agronegócio como um sistema de commodities que abrange todos os atores envolvidos com a produção, o processamento e a distribuição de um produto. Tal sistema inclui o mercado de insumos agrícolas, a produção agrícola, a operação de estocagem, o pós-colheita, o processamento e a comercialização nos níveis de atacado e varejo, demarcando um fluxo que vai dos insumos até o consumidor final. O conceito abrange todas as instituições que afetam a coordenação dos estágios sucessivos do fluxo de produtos, como as instituições governamentais, os mercados futuros e as associações de comércio (Omote, 2009). Trata-se de um conceito de enfoque coordenativo, cuja importância não pode ser menosprezada, porque se constata na prática. Além disso, é evidente o benefício obtido com uma abordagem sistêmica.

No enfoque de Filière (cadeia produtiva), segundo Morvan (1991) e Batalha & Silva (2001) três elementos estariam ligados a uma visão de cadeia produtiva. O primeiro diz que a cadeia de produção é uma sucessão de operações de transformação dissociáveis, capazes de serem separadas e ligadas entre si por um encadeamento técnico. No segundo ponto, a cadeia de produção é também um conjunto de relações comerciais e financeiras que são estabelecidas entre todos os estágios da produção e do beneficiamento e transformação, um fluxo de troca, situado de montante a jusante, entre fornecedores e clientes. E o terceiro define a cadeia como um conjunto de ações econômicas que presidem a valoração dos meios de produção e asseguram a articulação das operações.

Logo, o conceito de Filière também se aplica a uma sequência de atividades que transformam uma commodity em um produto pronto para o consumidor final. Os dois conceitos, CSA e Filière, apresentam algumas diferenças de enfoques. O CSA privilegia o olhar sobre o todo, sendo as partes vistas como integrantes da estrutura. O Filière, não desconsiderando o todo, vê as partes, os segmentos, com autonomia. Ambos convergem por terem objetivos comuns ao estudo do agronegócio. Esse denominador comum é justamente a percepção dos dois enfoques quanto à necessidade de uma visão global e sistêmica dos agentes e de suas relações para frente e para trás ao longo da cadeia produtiva, para formulação de estratégias empresariais e de políticas públicas. Mais recentemente no âmbito das atividades do Programa de Estudos dos Negócios Agroindustriais (Pensa), essa estrutura passou a ser definida no Brasil e também no exterior como Sistema Agroindustrial (SAG).

O SAG, que incorpora os componentes dos dois conceitos anteriormente apresentados, pode ser considerado um conjunto de atividades necessárias para a produção de produtos agroindustriais. Nessas atividades, estão incluídos alguns agentes que se inter-relacionam e operam dentro de toda uma cadeia produtiva, da produção de insumos à chegada do produto final ao consumidor. Um resumo das principais características dos conceitos acima visitados é mostrado na Tabela 1.

No conceito de um SAG, estão envolvidos outros elementos além daqueles que fazem parte da sequência vertical de uma cadeia produtiva e que se relacionam entre si. Segundo Zylbersztajn (2000), essa sequência dentro da cadeia é fortemente influenciada pelo ambiente institucional (cultura, tradições, educação, costumes) e organizações de suporte (associações, cooperativas, firmas de pesquisa e informação). O dimensionamento e a identificação do SAG são informações extremamente necessárias para se traçar planejamentos estratégicos. Um SAG pode variar de acordo com o propósito do planejador. Se o conceito for aplicado para a formulação de políticas públicas, a delimitação pode ser feita envolvendo

Tabela 1. Sistemas produtivos agroindustriais – conceitos e características.

Enfoque/conceito	Característica
Commodity system approach (CSA)	Antecipa as principais tendências dos sistemas agroalimentares modernos.
	Indica a forte relação entre a indústria de alimento e o sistema de distribuição.
	Traz uma base para introdução do tema “dependência intersetorial”.
	Privilegia o olhar sobre o todo, sendo as partes vistas como integrantes da estrutura
Agronegócio	Sistema de commodities que abrange todos os atores envolvidos com a produção, processamento e distribuição de um produto. Inclui o mercado de insumos agrícolas, a produção agrícola, a operação de estocagem, a pós-colheita, o processamento e a comercialização nos níveis de atacado e varejo.
	Abrange todas as instituições que afetam a coordenação dos estágios sucessivos do fluxo de produtos, como as instituições governamentais, os mercados futuros e as associações de comércio
Filière (cadeia produtiva)	Cadeia de produção vista como uma sucessão de operações de transformação dissociáveis, capazes de serem separadas e ligadas entre si por um encadeamento.
	Cadeia de produção vista como um conjunto de relações comerciais e financeiras estabelecidas entre todos os estágios da produção e do beneficiamento e da transformação (fluxo de troca, situado de montante a jusante, entre fornecedores e clientes).
	Cadeia de produção vista como um conjunto de ações econômicas que presidem a valoração dos meios de produção e asseguram a articulação das operações.
	Não desconsidera o todo, mas vê as partes (segmentos) com autonomia
Sistema agroindustrial - SAG	Incorpora os componentes do CSA e da Filière, pode ser considerado um conjunto de atividades necessárias para a produção de produtos agroindustriais.
	Nessas atividades, incluem-se alguns agentes que se inter-relacionam e operam dentro de toda uma cadeia produtiva, da produção de insumos à chegada do produto final ao consumidor.
	O dimensionamento do SAG e as ações dos agentes podem ser vistos como operações verticalmente organizadas, percorridas pelo produto desde sua produção e elaboração industrial até sua distribuição.
	A sequência dos elementos dentro da cadeia é influenciada pelo ambiente institucional (cultura, tradições, educação, costumes) e organizações de suporte (associações, cooperativas, firmas de pesquisa e informação)

os agentes no plano nacional. Entretanto, se for um SAG fortemente atrelado ao mercado internacional, será necessário ultrapassar as fronteiras e explorar sistemas de produção e distribuição de outros países. Logo, pode-se dizer que o SAG está focalizado em produtos específicos, e o seu dimensionamento dependerá de cada caso (Omote, 2009).

Zylbersztajn (2000) propôs que a rede de relações de um SAG não pode ser entendida como linear, e sim como uma teia em que cada agente terá contatos com um ou mais agentes. A partir do desenvolvimento e aperfeiçoamento dessas relações, a arquitetura do SAG poderá se tornar mais ou menos eficiente. Nessa sucessão de cons-

truções conceituais, Farina (1999) e Batalha & Silva (2001) exploraram, respectivamente, a competitividade, a coordenação e o gerenciamento do SAG.

O dimensionamento do SAG e as ações dos agentes nele inseridos podem ser vistos como operações verticalmente organizadas, percorridas pelo produto desde sua produção e elaboração industrial até a distribuição. Assim, cada operação tecnicamente independente ao longo da cadeia é executada por um agente especializado que vai se relacionar com um ou mais agentes também inseridos na cadeia, com o objetivo final de produzir para o agente principal, que é o consumidor final.

Em atualização conceitual mais recente da definição do SAG no Brasil, Barra & Ladeira (2016)

propõem que haja uma conjugação dos clássicos da economia institucional com os teóricos da nova sociologia econômica, incorporando também as contribuições da teoria do capital social, resultando, dessa soma, uma possibilidade para o enriquecimento teórico da discussão desse tema. Entendem os autores que os protagonismos dos agentes que atuam no SAG só são explicados quando se recorre a mais de uma disciplina, incorrendo na epistemologia da complexidade, como definem Morin & Lisboa (2007).

O distrito agroalimentar italiano

Conceitualmente, o distrito agroalimentar italiano (DAI) incorpora muitos dos elementos constitutivos do SAG e, por conseguinte, do CSA e da Filière, sendo uma expressão deles num determinado território. Nesse sentido, avança mais quanto às relações do sistema ou da cadeia, já que elas ocorrem dentro de um espaço de intervenções públicas e privadas, definido a partir de critérios de racionalidade econômica e gerencial que garantem ao DAI vantagens diante do SAG, do CSA e da Filière.

A análise do DAI se concentra nos aspectos territoriais do desenvolvimento agroindustrial, com atenção especial para o papel das pequenas e médias empresas. Ele é resultado de um amplo e difuso processo de industrialização que ocorreu na Itália no Pós-Segunda Guerra e que ensejou inúmeras aglomerações que passaram a exibir vantagens comparativas e competitivas. Tais aglomerações passaram a ser objeto de estudos que usavam instrumentos analíticos, como o conceito de distrito industrial, proposto por Marshall há mais de 100 anos. Esse conceito foi mediatizado e adaptado na Itália a partir da década de 1970, como demonstrado na famosa obra de Amin (1993). Esses avanços referidos às aglomerações industriais em geral ensejaram o que se poderia chamar de emergência do interesse pelo distrito agroalimentar, enquanto distrito industrial diferenciado e específico e com um envolvimento nítido e intenso com o território. É o que mostram De Rosa (1997) e Fanfani (2009), que estabelecem

os contornos dos modelos locais de desenvolvimento baseados nos sistemas agroalimentares.

Essa forma de organização industrial na Itália, o DAI, caracteriza-se não só pela aglomeração produtiva, mas também pela presença no mesmo espaço geográfico do setor primário, da indústria de transformação e do sistema de distribuição dos produtos finais. Segundo Fanfani (2004), a estreita conexão entre a agricultura, a indústria de transformação e a distribuição impõe uma visão mais abrangente do sistema produtivo e de suas articulações, bem como uma denominação, qual seja a de distrito agroalimentar. Tal denominação, a mais usada na Itália, não exclui que possa haver no distrito agroindústrias que processem as matérias-primas provenientes da agricultura, mas sem finalidade alimentar, ou que haja na aglomeração indústrias de insumos e equipamentos para a produção vegetal e animal.

Para Fanfani (2004), o distrito agroalimentar na Itália é na realidade um novo fenômeno de integração cooperativa e competitiva interempresas, diante de outros modelos, em razão do intenso enraizamento territorial. O distrito se afirma por meio de uma especialização flexível, um fenômeno que, *mutatis mutandis*, se assemelha às transformações na indústria resultantes das mudanças no paradigma fordista de organização do trabalho. Há nele uma especialização em alguns itens, mas que pode ser posta de lado, desde que haja sinalizações de mercado que sugiram outros interesses e outros investimentos.

Nesse modelo, as relações são sempre mais estreitas e explícitas entre todos os protagonistas da cadeia alimentar em seu conjunto. Os aspectos organizativos se transformam paulatinamente em relações contratuais entre agricultores, processadores e grandes distribuidores. Essas relações contratuais são sugeridas pela presença de agências públicas no território, decorrem de contratos e pactos explicitados e podem resultar de regras não tão explicitadas anteriormente, mas derivadas de rodadas de mesas de negociações (*batute di tavolo*). Esses arranjos organizativos tornam o DAI e as empresas nele estabelecidas cada vez mais competitivos diante de empreendimentos

isolados e outros territórios nos quais essa governança não tenha se estabelecido (Fanfani, 2004).

Uma característica do DAI é que tanto a rentabilidade bruta, razão entre a renda operacional sobre o capital total, quanto a rentabilidade líquida, medida pela relação entre a renda líquida e o capital líquido (capital circulante mais a depreciação anual ou o capital despendido no período), aparecem como superiores aos outros territórios nos quais não há aglomeração virtuosa. Essas mensurações comparadas provam a existência do efeito distrito: as empresas reunidas em um território e se relacionando entre si exibem esses indicadores num nível mais elevado do que as empresas isoladas. A provável razão para tal performance é o pacto territorial que contempla um instrumento decisivo, a programação negociada (*programmazione negoziata*), na qual a agricultura e a agroindústria desempenham um papel relevante nos contratos de áreas (Fanfani & Henke, 2001).

Os elementos essenciais para que um sistema local de aglomeração agroindustrial possa ter o tratamento de um distrito agroalimentar são: a) produção de bens típicos; b) relações entre a agricultura e a indústria de transformação; c) especialização flexível, entendida como flexibilidade no modo de produzir e capacidade de readaptar a produção de acordo com mudanças repentinas de várias naturezas, como tipologia dos produtos oferecidos; d) capacidade de inovação; e) desenvolvimento de capital humano; f) suporte das instituições; e g) participação no mercado comunitário (União Europeia).

A existência de entes locais, agências públicas e privadas, com capacidade de intervir nos distritos, também exerce, frequentemente, papel de relevo no nascimento do sistema local agroindustrial, seja para oferecer serviços gerais, seja para serviços específicos. Do mesmo modo, esses entes desempenham papel de destaque na concepção do projeto e de programas e políticas voltados para incentivar o desenvolvimento local por meio do DAI.

A distribuição atual do parque agroindustrial no território e a lógica da alocação dos inves-

timentos podem ser uma pista para a definição de distritos agroalimentares. Entretanto, eles se tornaram mais óbvios e mais concretos a partir das iniciativas de zoneamento do território e da definição de áreas homogêneas, definidas com base em indicadores como: i) o PIB per capita; ii) o total de empregados na agricultura por 100 residentes; iii) a incidência da ocupação agrícola; iv) a incidência da ocupação industrial; v) a incidência da ocupação terciária; vi) a média de trabalhadores por unidade produtiva local; vii) o número de trabalhadores na indústria por 100 residentes; viii) o número de trabalhadores no comércio por 100 residentes; e ix) o número de trabalhadores no terciário por 100 residentes (Brasili & Macarinni, 2000).

A conjunção de movimentos como fluxos de investimentos buscando maior rentabilidade, concomitantemente agregando mais externalidades positivas ao território, e a afluência de organizações e instituições delimitando espaços, intervindo e ampliando a sinergia criam uma cascata de efeitos virtuosos. Estes se fazem presentes orientando o sentido das mudanças dessas aglomerações produtivas, que combinam a produção agrícola com a transformação agroindustrial e com serviços de distribuição para o atacado e para o varejo. A presença da cooperação e de competição com cooperação proporciona uma atmosfera tipicamente marshalliana, seja na configuração de um habitat da inovação, seja na coesão de interesses e objetivos no âmbito da aglomeração (Baiardi, 2008). Nessa linha, Giacomini et al. (2014) propuseram que o cooperativismo tivesse uma centralidade no desenvolvimento do sistema agroalimentar da Itália, pelo que pode promover em termos de desenvolvimento territorial.

Distritos agroalimentares italianos da região de Emilia Romagna

A região de Emilia Romagna, no nordeste da Itália (Figura 1), é considerada emblemática na exemplificação da ocorrência desse tipo de aglomeração produtiva. Isso decorre do fato de ela, mais do que em qualquer outra região do país,



Figura 1. Mapa das regiões italianas.

Fonte: Cartina Online (2023).

possuir traços muito claros do processo verificado, não só na península itálica, mas na Europa e em outros continentes, qual seja, a formação de sistemas agroalimentares locais, que têm peculiaridades em relação aos conceitos de Filières, cadeia agroalimentar ou sistema agroindustrial e que se converteram em aglomerações inspiradas nos distritos industriais marshallianos e em genuínos habitats de inovação.

Os aspectos territoriais têm papel de destaque na análise das transformações da agricultura, sobretudo no Pós-Segunda Guerra Mundial, e isso é particularmente relevante na Emília Romagna, onde as transformações territoriais, entre elas o surgimento de distritos industriais (DAI), foram intensas e não encontradas em outras partes da Itália (Brasili & Macarinni, 2000).

A marca dessas aglomerações produtivas é a elevada capacidade de organização no território com vistas a cooperar intensamente em vários campos de interesse dos agentes econômicos e,

com isso, criar uma atmosfera marshalliana. As pesquisas de Pyke et al. (1990) e Amin (1993) informam sobre esse processo que se tornou conhecido em todo o mundo por ser um modelo em que as pequenas e médias empresas inseridas nos distritos adquiriam, conjuntamente, capacidade de competir com grandes corporações integrantes de oligopólios. Essa aquisição de competências competitivas constituiu-se em foco de interesses por parte de universidades e organizações da sociedade civil e também em objeto de intervenções públicas, atraindo ações de políticas industriais virtuosas, visando, no entendimento de Morvan (1991), a uma maior eficiência, em acordo com os fundamentos da economia industrial. Esses arranjos demonstraram também uma grande capacidade de conceber e aplicar práticas de marketing que compensavam as desvantagens de escala e permitiam uma divulgação das virtuosidades do território, inspirando-se nos ensinamentos de Kotler (1994) e rerepresentados em Neves (2000). Do mesmo modo, demonstraram ser mais aptos a competir nos mercados internacionais, segundo os cânones desse desafio (Jank & Nassar, 2000).

No caso de essas aglomerações estarem acolhendo indústrias integrantes do agronegócio não alimentar, não se constata diferenças em termos do ambiente e das economias externas. Os fatores decisivos para que os territórios se convertessem em candidatos a distritos agroalimentares foram os elevados indicadores de capacidade produtiva na agricultura. Além disso, a Emília Romagna possui uma estrutura agrária e social que ajuda a explicar a propensão a cooperar e a maior adaptabilidade dos estabelecimentos agrícolas ao perfil dos integrantes dos distritos agroalimentares.

Segundo Brasili & Macarinni (2000), a comparação intercensitária mostra claramente que o valor agregado por fatores se expande com o tempo, da mesma forma que o peso do setor manufatureiro com relação ao agrícola, que, por sua vez, também se expande, tudo sinalizando para uma maior concentração produtiva industrial nos distritos agroalimentares,

É um quadro diferente daquele descrito por Anania & Fanfani (1983), quando se referem ao Mezzogiorno⁴, no qual, ao lado da agricultura profissional, a que visa ao mercado, existe uma agricultura menos eficiente, parte dela para o autoconsumo, com o tamanho dos estabelecimentos variável. Trata-se de diversidade de lógicas produtivas num mesmo espaço geográfico, caracterizando heterogeneidade no território, onde coexistem estabelecimentos com produção voltada para o mercado e estabelecimentos com produção visando à fruição e ao entretenimento, independentemente de serem estabelecimentos familiares ou empresariais.

O tamanho médio da propriedade rural, a predominante gestão familiar, o elevado rendimento físico e econômico e a pluriatividade estão entre as causas que contribuem para a emergência do distrito agroalimentar na Emilia Romagna. Trata-se de uma agricultura ao mesmo tempo profissional e de gestão familiar (Fanfani & Montresor, 2000).

Na região, as intervenções governamentais, feitas pelo governo central e pelos governos regionais, são articuladas. Além disso, as agências regionais têm estado presentes, conferindo às intervenções uma inequívoca marca de racionalidade econômica e gerencial, em todos os setores. Como parte dessas intervenções, praticamente todos os setores da indústria alimentar foram investigados com a abordagem territorial e, para eles, foram concebidas ações e intervenções visando a um fomento que premiava o desempenho. A industrialização e a conservação da carne, a industrialização e a conservação de frutas e hortaliças, a industrialização de óleos e graxas vegetais e animais, de derivados de leite, de derivados de grãos e de derivados do amido, de rações, de outros produtos alimentares e a indústria de bebidas fazem parte desse elenco beneficiado por políticas setoriais (Fanfani & Henke, 2001).

Apreende-se, pelo exposto, que a abordagem territorial, com a qual tem sido examinada

a experiência agroalimentar na Emília Romagna, dá centralidade à interação setorial da economia formadora de aglomerações produtivas, como o elemento constitutivo do território, localizando-o num dado contexto de natureza. Essa compreensão concorda com a de Crocco et al. (2006), que define o território resultante de aglomerações produtivas como território localizado, construção socioespacial de uma superfície ativa e aberta, mutuamente influenciada pelas interações localizadas, o que é verificado como processo histórico nessa região da Itália.

Condicionantes do sucesso dos distritos agroalimentares

Em uma análise de distritos agroalimentares, diversos fatores de sucesso desses arranjos produtivos precisam ser considerados, sendo estes os principais: 1) a gestão do território e dos recursos naturais; 2) a cooperação nos distritos agroalimentares; e 3) as políticas implementadas de pesquisa e desenvolvimento (P&D), no âmbito das políticas mais amplas de ciência e tecnologia (C&T).

A gestão do território e dos recursos naturais

Entre os condicionantes de sucesso dos distritos agroalimentares, destaca-se o fato de os aspectos territoriais terem assumido um relevo maior na transformação da agricultura depois da Segunda Guerra Mundial. A identificação e o zoneamento das áreas agrícolas na Itália avançaram como tema de investigação, superando a interpretação dualística de um norte vocacionado para a indústria e um sul para a agricultura.

Segundo Iacoponi (1990), a análise territorial da agricultura passou a dar peso (e a incorporá-lo como objeto de pesquisa) ao processo de concentração e especialização produtiva, de

⁴ O termo Mezzogiorno (literalmente meio-dia em italiano) indica, para fins sociais, econômicos e políticos, o sul da Itália e a Itália insular. Historicamente, o Mezzogiorno compreende o território do antigo Reino das Duas Sicílias (regiões de Abruzzo, Molise, Puglia, Campânia, Basilicata, Calábria, Sicília) mais uma parte do Lácio.

integração agricultura-indústria e à concepção de distrito agroalimentar. Vários estudos realizados na Itália destacaram a importância de se promover um zoneamento agrícola, levando em conta, além dos parâmetros e variáveis mais gerais da agricultura, outros de população e infraestrutura, por exemplo. A redação do Atlante Nazionale del Territorio Rurale, um mapa multitemático que instrui sobre as peculiaridades do território, deu uma contribuição ao esforço de zoneamento e de aprofundamento, já que desagregou as informações ao nível municipal, facilitando a coordenação para efeito de intervenção. É importante salientar que a intervenção de caráter territorial não se confunde com a intervenção como “polo”, situação em que concentração e especialização produtiva determinam a ocupação locacional do espaço geográfico, territorializa o capital, mas não necessariamente capitaliza o território, mesmo quando o território decorre de ação político-administrativa (Boccafogli et al., 1997).

A renovação metodológica e o maior interesse pela análise territorial decorrem também da influência da União Europeia, cuja primeira preocupação foi identificar as zonas sem vantagens comparativas, como montanhosas, paludes e rochosas, que passaram a merecer outros tipos de intervenção e financiamento, para que se vocacionassem para outras atividades, como reservas e áreas de caça esportiva. Outra preocupação comunitária na definição de áreas vocacionadas para a agricultura foi a ambiental, sobretudo a proteção de aquíferos e de encostas. Nesse sentido, pode-se dizer que houve convergência nacional e internacional comunitárias, associada com financiamento e definição de papéis para todos os espaços, independentemente de terem tradição agrícola.

A influência da União Europeia na adoção do modelo de DAI vai além da Itália, pois a Romênia, depois de passar a integrar esse bloco de nações, assinou acordos de cooperação que levaram à implantação de distritos agroalimentares semelhantes em amplas áreas das planícies sulinas (Baiardi, 2016).

Na tarefa de zoneamento, foram levados em conta os dados gerados pelas comunas e a opinião das populações. Metodologias mais avançadas de *cluster* estatístico foram também utilizadas. A premissa de zoneamento leva em consideração uma exigência comunitária de promover o desenvolvimento, reduzir as desigualdades e estabelecer um clima de coesão. Os indicadores dos fatores de vantagem e desvantagem levados em conta foram os seguintes: 1) intensidade da produção agrícola; 2) rentabilidade do trabalho; 3) aptidão com base nos recursos naturais; 4) dados demográficos; 5) indicadores de infraestrutura; e 6) indicadores mais gerais de condições de vida.

Com base nos indicadores, fez-se um zoneamento do qual se excluía a área urbana e turística, bem como a industrial. O zoneamento permitiu, no limite, verificar a diversidade na semelhança ambiental e econômico-estrutural.

O papel da cooperação nos distritos agroalimentares

Levantamentos e pesquisas sistemáticas sugerem que a cooperação tem crescido de modo sustentado no setor agroindustrial, sobretudo no ramo agroalimentar, superando antigos problemas de descapitalização e de má gestão. Essa constatação vale, sobretudo, para a Emilia Romagna, considerada, juntamente com a Toscana, segundo Stefanini (2008), as regiões com os mais fortes laços do movimento cooperativo com o território e nas quais se consolidou uma cultura de cooperação, que vai além da organização formal (Legacoop Bologna, 2015).

Nessas regiões, de longa tradição quanto à ajuda mútua e consideradas na Itália como as que exibem maior dotação de capital social, o cooperativismo tem sobrevivido e se expandido, embora enfrente, frequentemente, na perspectiva da acumulação continuada de capital, problemas de subcapitalização. Esse fato tem, em muitos casos, alimentado o discurso da inviabilidade econômica do cooperativismo, contemporaneamente, e isso se explica porque, nessa visão, prevalece, em nível dos avaliadores econômicos e das agências de de-

envolvimento, o raciocínio simplificado de que a viabilidade econômica das cooperativas deve ser medida pela eficiência estática ou pela que resulta da abordagem neoclássica tradicional. Tal concepção é fortalecida pelo paradigma da racionalidade instrumental, da *rational choice*. Entretanto, tanto o pragmatismo microeconômico neoclássico quanto o reducionismo racionalista abstraem outros elementos que devem entrar na análise da viabilidade do movimento cooperativo, como também ignoram a motivação intrínseca dos agentes de permanecerem nas cooperativas e se empenharem em obter resultados satisfatórios que garantam um processo de crescimento sustentável, como salientam Zamagni & Zamagni (2008). A Tabela 2 mostra uma ideia do peso das cooperativas no sistema agroindustrial italiano.

Tabela 2. Cooperativismo agroindustrial na Itália – número de associados, faturamento e número de empregados em 2007, 2011, 2016 e 2020.

Ano	Número de sócios	Faturamento (€ milhão)	Número de empregados
2007	731.564	32.127,30	89.424
2011	863.323	34.001,00	93.194
2016	742.078	34.969,00	91.584
2020	740.000	35.600,00	135.000

Fonte: Fanfani (2009), Osservatorio della Cooperazione Agricola Italiana (2017), Regione del Veneto (2020) e Itália (2022).

No período considerado, apesar de uma oscilação do número de sócios, o número de trabalhadores não sócios vem se elevando, e o faturamento também. Segundo Fanfani (2009) e dados da Alleanze delle Cooperative Italiana (2022), a participação do faturamento do sistema agroalimentar cooperativo, no total do faturamento agroindustrial italiano, varia de 15% a 25%. O primeiro caso, em torno de 15%, é quando se contempla um agregado formado por agricultura, indústria de processamento da produção vegetal e animal, produção de meios técnicos, insumos e equipamentos, logística de distribuição e varejo, alcançando o faturamento total de aproximadamente € 220.000

milhões. O segundo caso (25%) ocorre quando se retira do agregado a indústria de insumos e equipamentos e a logística de distribuição, perfazendo um faturamento total de cerca de € 140.000 milhões. As fontes consideram tal participação como razoável. O último relatório do Osservatorio della Cooperazione Agricola Italiana (2017) informa que esse peso é de cerca de 23% de toda a renda gerada pelo setor agrícola na Itália, excluindo do agregado a indústria de insumos e equipamentos e a logística de distribuição (Tullio, 2011).

Encontram-se na esfera da cooperação, mas como uma estrutura à parte, não formalizada, os consórcios, que são associações de produtores familiares, de empresas e mistos, com características próprias que os distinguem das cooperativas, sobretudo quanto à não obrigação de “mutualidade prevalente”, requerida das cooperativas regulares. O ramo da produção de meios técnicos, fatores de produção, tem na Emilia Romagna uma presença expressiva de consórcios. O valor total da produção de fatores ou meios técnicos alcançou na região € 18.770 milhões em 2007, e a participação dos consórcios no total chegou a € 3.000 milhões, cerca de 16%. Esses números evidenciam que a cooperação, formal (cooperativa) ou informal (consórcio), cumpre um papel relevante na criação e na gestão integrada dos distritos agroalimentares (Fanfani, 2009).

A P&D

Ao lado da qualidade da gestão do território, decorrente de condutas racionais que envolvem o respeito à natureza, o respeito aos pactos decorrentes das negociações, a criação de instituições adequadas e a elevada propensão a cooperar no interior dos distritos agroalimentares italianos, despontam também como fator de sucesso desses arranjos produtivos as políticas de pesquisa e desenvolvimento, que se inserem nas políticas mais amplas de ciência e tecnologia. A Plataforma Tecnológica e o programa Made in Italy são exemplos bem-sucedidos dessas políticas setoriais e surgem como respostas à intensa concorrência da indústria italiana de alimentos depois do ingresso da Itália na Zona do Euro.

Esse fato, bem como todos os ajustes financeiros e as políticas macroeconômicas que deles resultaram, encerrou a possibilidade de competição da economia italiana pela via da desvalorização cambial. A Plataforma Tecnológica e o programa Made in Italy deram uma ênfase extraordinária a programas e projetos de P&D. Estes se concentraram nas atividades de difusão de novas tecnologias digitais por todo o tecido produtivo e na formação de recursos humanos para atuar na geração de inovações e na formação de uma rede de empresas para explorar a plena função de P&D, design e comercialização. Com a criação do Fundo para a Competitividade e do Fundo para as Finanças Empresariais, foi resolvida a equação financeira desse esforço, em termos de política de ciência e tecnologia.

O enfoque dessas intervenções engloba as empresas, os entes de pesquisa, as universidades e o poder local. O envolvimento da União Europeia é também expressivo por meio dos programas de fomento à P&D e por meio de uma plataforma específica, a Food for Life, que contempla como linhas de pesquisa a serem apoiadas: Alimentos e saúde; Segurança alimentar; Qualidade alimentar e industrial; Produção alimentar sustentável; Alimentos e consumidores; Gestão da cadeia alimentar e Comunicação e transferência de tecnologia.

Segundo dados da Alleanze delle Cooperative Italiana (2022), o setor agroalimentar na Europa tem um investimento em P&D de menos de 2% em relação ao PIB setorial, inferior ao dos EUA (2,5%) e ao do Japão (3%). No caso da Itália, cuja estrutura industrial nesse setor é menos concentrada e com presença de numerosas pequenas e médias empresas, o dispêndio com P&D, historicamente, tem se concentrado mais em inovações de processo do que de produto. Diante desse fato, a Plataforma Tecnológica, o programa Made in Italy, o Fundo para a Competitividade e o Fundo para as Finanças Empresariais, juntamente com os programas da União Europeia, deram início a intervenções que já sinalizam resultados em termos de competitividade e de difusão de inovações de processo e de produtos (Cianfanelli et al., 2020). A diversidade de bens finais de consumo

alimentar encontrada nas gôndolas dos supermercados, não só da Itália, mas em todos os países que com ela comercializam, é uma evidência de que a política de P&D voltada para os distritos agroalimentares já produz resultados.

Esses resultados fazem com que na Zona do Euro tenha ocorrido, nos últimos anos, uma penetração expressiva dos produtos da indústria alimentar italiana. Duas décadas atrás, isso era impensável, e os produtos da indústria alimentar italiana eram uma raridade nos países nórdicos. Hoje, eles não só estão presentes, mas ocupam um espaço maior nas gôndolas dos supermercados do que os produtos de qualquer outro país exportador de alimentos industrializados (Alleanze delle Cooperative Italiana, 2022).

Vicissitudes na adaptação do modelo de distritos agroalimentares italianos ao Brasil

Quando se sugerir que o modelo de distritos agroalimentares italianos, os DAIs, possa aduzir subsídios para as políticas de desenvolvimento rural e territorial no Brasil, não se está defendendo uma transposição mecânica dele, sem mediações. É preciso verificar sua maior ou menor adaptabilidade às macrorregiões brasileiras, pois na própria Itália ele se revelou mais dinâmico na Emilia Romagna do que em outras regiões. Uma hipótese para isso é que essa região do nordeste italiano reúne maiores indicadores de propensão a cooperar e maior dotação de capital social, conforme afirmam Brasili & Macarinni (2000) e Fanfani (2009).

A heterogeneidade do Brasil rural, à exaustão demonstrada em estudos recentes de Vieira Filho & Gasques (2020) e Barros & Navarro (2022), sugere que o modelo de DAI tem aplicabilidade seletiva no amplo território nacional, sendo mais bem adaptado a determinadas regiões. Nas diferenças regionais quanto à atratividade de investimentos para sua implantação, desenpenham papel relevante os recursos naturais, a infraestrutura e fatores como cultura e tradição. Alguns

territórios exibem, mais do que outros, agentes econômicos com maior dotação de capital social, mais propensos a cooperar e a assumir riscos, entre eles protagonismos em empreendimentos cooperativos e de identificação geográfica.

A concepção dos DAIs, como mostra as experiências italiana e romena, vai além da integração vertical agricultura-indústria. Isso, porque nessas aglomerações produtivas os agentes não se dividem, necessariamente, em produtores de matérias-primas, de um lado, e processadores, do outro, sendo desejável que tenham como meta a inserção crescente na cadeia produtiva, em mais de um estágio: produtor agrícola, beneficiador na etapa de pós-colheita e processador de alimentos em amplo espectro, que vai de produtos frescos aos industrializados com longa vida em prateleiras.

As experiências italiana e romena mostram também que nessas aglomerações produtivas o tamanho médio da área por produtor está abaixo de 50 hectares e que não são de monoculturas, o que sinaliza, no caso brasileiro, que elas não se adaptariam ao modelo as plantations de cana de açúcar, de essências florestais, de café, de laranja e de cereais, por exemplo. Da mesma forma, estariam excluídos os produtores familiares que se articulam às agroindústrias como meros fornecedores, casos da produção e abate de aves e do processamento de frutas e de fibras, por exemplo. (Brasili & Macarinni, 2000; Fanfani, 2009; Baiardi, 2016).

Então, quais seriam as áreas com potencial para territorializações a partir de institucionalizações e reinstitucionalizações nas quais os agentes cooperem e compitam na perspectiva de um pacto nos quais todos ganhem com a diferenciação da qualidade dos alimentos. Pesquisas empíricas sobre a tipologia e a inserção da agricultura familiar no agronegócio e sobre protagonismos de produtores rurais em termos de capacidade de gestão, de inovação, de cooperação e de sustentabilidade indicariam que o modelo de DAI teria mais viabilidade nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, sobretudo nas zonas de colonização não ibérica, como as serras e planaltos gaúchos, catarinenses

e capixabas, além de outros territórios no Cerrado que concentraram agentes com perfil de pioneiros e com propensão a cooperar, investir e inovar. Mesmo no Nordeste, região mais marcada pelas sociedades patriarcais e patrimoniais, existiriam ilhas apropriadas para os DAIs, em virtude da concentração de agentes com o perfil acima, a exemplo da Chapada Diamantina e do Oeste, ambos na Bahia, e do Polo Juazeiro-Petrolina, entre Bahia e Pernambuco. (Baiardi, 1999, 2022).

Também poderiam integrar esse rol de áreas, partes do Litoral Sul da Bahia nas quais os produtores de amêndoas de cacau deixaram de ser fornecedores do oligopólio de esmagamento que produz derivados, como manteiga, torta e liquor, para se tornarem produtores de chocolates finos mediante os processos *bean to bar* e *tree to bar*. Segundo Baiardi (2009), trata-se de uma metamorfose explicada por subjetividades socializadas, pela expressão de um habitus, no conceito de Bourdieu (2000), quando os atores socioeconômicos, no caso os produtores de amêndoa, interagem difundindo conhecimento e fortalecendo a indicação geográfica do Cacau Sul da Bahia

Considerações finais

Nas últimas décadas, ocorreram grandes transformações na indústria italiana de alimentos, decorrentes de mudanças estruturais. De um lado, houve a criação de grandes corporações mediante fluxos de capital estrangeiro que investiam em novos negócios, fundiam-se com empresas em atividade ou simplesmente assumiam o controle acionário mediante aquisição de ativos. De outro, surgiram concentrações produtivas no nível local, marcadas pela diferenciação tecnológica e pela especialização, predominando nesse agrupamento pequenas e médias empresas que promoviam no território um ambiente muito peculiar que favorecia a cooperação e o surgimento de novas institucionalidades.

Esses aglomerados produtivos deram ensejo a um típico sistema agroindustrial que ficou conhecido como distrito agroalimentar italiano (DAI). Uma vez percebido, esse fenômeno induziu

a concepção e implantação de políticas públicas específicas de investimentos em infraestrutura, financiamento produtivo e P&D no nível local. Com a formalização dos distritos agroalimentares, o interesse por estudá-los cresceu, levando à descoberta de uma vantagem competitiva que passou a ser denominada de “efeito distrito”, que nada mais é do que um maior ganho comparativo por integração, maior eficiência das empresas dos distritos quando comparadas com as que permanecem isoladas e distantes umas das outras.

Inúmeros indicadores de produtividade do trabalho, como de retornos dos investimentos, confirmaram que o ambiente proporcionado pelos distritos, uma “atmosfera de natureza marshalliana”, cria um diferencial, em parte derivado de uma governança eficiente e, em parte, resultante de crescentes propensões a confiar e a cooperar que fomentam novas institucionalidades. Essas mensurações comparadas comprovaram a existência do “efeito distrito”: as empresas reunidas naquele território, e se relacionando entre si de forma virtuosa, exibem indicadores de eficiência microeconômica em um nível mais elevado do que as empresas isoladas. Para os pesquisadores dos distritos agroalimentares, a provável razão para tal performance seria o “pacto territorial” que contempla um instrumento decisivo de cooperação e integração horizontal e vertical em aglomerações produtivas, a *programmazione negoziata*, programação negociada, uma forma superior, mais elevada, de relacionamento setorial e intrassetorial, que começa a fazer parte do interesse da nova economia institucional.

Os conceitos de CSA, de Filière e de SAG consistem em avanços teóricos em termos da abordagem sistêmica, quando há simetria nas relações entre os subsistemas que convergem para o objetivo comum de transformar uma commodity em produto para consumo final: uma eficácia empresarial. Há que se considerar, entretanto, quando se pretende a formulação de política pública, não ser mecânica a transposição do âmbito privado empresarial para o âmbito público, isso porque relações sociais de produção, assimétricas, integram todos os três sistemas, entre agentes na escala imediata do próprio SAG, CSA ou Filière, na

escala nacional, na escala regional e interescalas. Distingue-se, desse modo, o planejamento estratégico empresarial que tende a suprimir os conflitos no sistema do planejamento governamental de políticas públicas, que deve equacionar os conflitos sistêmicos com equidade. Tal compreensão é potencializada pela abordagem territorial em que se reconhecem relações de poder entre as múltiplas dimensões da realidade como instituintes do território.

Tendo em vista o alcance do objetivo deste texto, que buscou repensar as políticas públicas em relação às aglomerações produtivas e às formas de organizações das empresas no território, chega-se à necessidade de repensar também o planejamento, já que o propósito do planejador não se confunde necessariamente com o pacto territorial, posto que o planejador é apenas um dos agentes constitutivos do potencial “efeito distrito”.

Os pactos territoriais contidos no “efeito distrito” são, por suposto, enraizados no território, dificultando sua replicação universal como modelo técnico de aglomeração e de organização do agronegócio. Tal efeito expressa uma territorialidade socialmente construída ao longo de extensa história, como a italiana, tudo simbolizado pelos exemplos dos DAIs. O pacto territorial com um “efeito distrito” nem sempre converge para aglomerações produtivas influenciadas por lobbies dos oligopólios de indústrias que vendem para a agricultura e compram dela. No contexto italiano aqui examinado, o agronegócio, como parte dos negócios derivados da agricultura, é conduzido quase que totalmente por agricultores familiares cuja coesão é determinante do efeito territorial virtuoso, denominado “efeito distrito”, e o território, nesse sentido, é a complexificação de todas as relações econômicas, sociais e políticas do espaço geográfico.

Os distritos agroalimentares italianos carregam fortes conteúdos para o repensar de políticas públicas, considerando a multiterritorialidade brasileira, marcada por concentração fundiária, assimetria de condições educacionais, de saúde

e de inserção produtiva e desigualdades sociais, condições que dificultam a abordagem territorial.

Há ainda que se considerar, dada a multiteritorialidade brasileira, o fato que o ideário para o desenvolvimento da agropecuária pela modernização do campo, vigente desde meados do século 20, não foi inclusivo em relação a todos os agentes localizados no meio rural. O agronegócio hegemônico no Brasil, malgrado os benefícios gerados para o País, não é a única opção para a dinâmica socioespacial brasileira, razão pela qual o “efeito distrito” emerge como ideia-força. Contudo, que fique absolutamente claro para o caso brasileiro a necessidade de conceber normas de convivência entre os agentes, as quais reforcem o pacto territorial, a coexistência da cooperação com a competição e a compliance, para que, então, possam emergir o “efeito distrito” e a *programazione negoziata*, instrumento comprovadamente decisivo para a elevada performance das aglomerações produtivas da inspiradora região italiana analisada neste ensaio.

Referências

- ALLEANZE DELLE COOPERATIVE ITALIANA. **Uffici Studi Alleanza Cooperative Italiane**. Disponível em: <<http://www.alleanzacooperative.it>>. Acesso em: 2 jun. 2022.
- AMIN, A. Distretti industriali in un contesto globale che cambia: Santa Croce sull'Arno. In: LEONARDI, R.; NANETTI, R.Y. (Org.). **Lo sviluppo regionale nell'economia europea integrale**. Venezia: Marsilio, 1993. p.213-229.
- ANANIA, G.; FANFANI, R. **Trasformazione dell'agricoltura e intervento pubblico nel mezzogiorno**. Cosenza: Marra, 1983.
- BAIARDI, A. Agricultura familiar na Romênia: tradição, coletivização, autonomia e modernidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 54., 2016, Maceió. **Anais**. Brasília: Sober, 2016. p.1045-1066.
- BAIARDI, A. Competição e competição/cooperação. **O&S. Organizações & Sociedade**, v.15, p.47-60, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1984-92302008000200003>.
- BAIARDI, A. Formas de Agricultura Familiar, à luz dos imperativos de desenvolvimento sustentável e inserção no mercado Internacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., 1999, Foz de Iguaçu. **Anais**. Brasília: Sober, 1999. p.285-297.
- BAIARDI, A. O Brasil agrícola e rural contemporâneos: a cultura fazendo a diferença. In: BARROS, G.S.A. de C.; NAVARRO, Z. (Org.). **O Brasil rural contemporâneo: interpretações**. São Paulo: Baraúna, 2022. p.85-121.
- BAIARDI, A. The Cocoa Producers “Habitus” in Bahia and its Change with the Late Crisis. In: WORLD ECONOMIC HISTORY CONGRESS, 15., 2009, Utrecht. **Annais**. Utrecht: International Economic History Association, 2009. v.2, p.183-200.
- BARRA, G.M.J.; LADEIRA, M.B. Teorias institucionais aplicadas aos estudos de sistemas agroindustriais no contexto do agronegócio café: uma análise conceitual. **REGGE - Revista de Gestão**, v.23, p.159-171, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.regge.2015.12.005>.
- BARROS, G.S.A. de C.; NAVARRO, Z. **O Brasil rural contemporâneo: interpretações**. São Paulo: Baraúna, 2022.
- BATALHA, M.O.; SILVA, A.L. da. Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições e correntes metodológicas. In: BATALHA, M.O. (Coord.). **Gestão agroindustrial**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001. p.24-48.
- BOCCAFOGLI, F.; BRASILI, C.; FANFANI, R. **L'articolazione territoriale dello sviluppo agricolo in Emilia Romagna**. Bologna: Università di Bologna, 1997. DOI: <https://doi.org/10.6092/unibo/amsacta/2183>.
- BOURDIEU, P. **Las estructuras sociales de la economía**. Barcelona: Editorial Anagrama, 2000.
- BRASILI, C.; MACARINNI, E.R. **I distretti agroindustriali: un'analisi economica strutturale e dell'efficienza delle imprese alimentari**. Bologna: Università degli Studi di Bologna, 2000. Disponível em: <https://amsacta.unibo.it/2250/1/DistrettiAgroindustriali_2000.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2022.
- CARTINA ONLINE. **Mappa regioni Italia**. Disponível em: <<https://cartinaonline.it/cartina-politica-italia-mappa-italia-politica>>. Acesso em: 13 maio 2023.
- CIANFANELLI, E.; GIORGI, D.; TUFARELLI, M.; MAKKI, F.; DE GENNARO, M.; SORECA, M.G. Le Italie del saper fare: Verso una nuova geografia relazionale del Made in Italy. **Md Journal**, v.9, 2020, p.126-135.
- CROCCO, M.A.; GALINARI, R.; SANTOS, F.; LEMOS, M.B.; SIMÕES, R. Metodologia de identificação de aglomerações produtivas locais. **Nova Economia**, v.16, p.211-241, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-63512006000200001>.
- DAVIS, J.H.; GOLDBERG, R.A. **A concept of agribusiness**. Boston: Harvard University, 1957.
- DE ROSA, M. **Modelli locali di sviluppo e sistema agroalimentare**. Napoli: Liguori Editore, 1997.
- FANFANI, R. **Il sistema agroalimentare in Italia: i grandi cambiamenti e le tendenze recenti**. Milano: Eedagricola, 2009.
- FANFANI, R. **L'agricoltura in Italia**. Bologna: Il Mulino, 2004.
- FANFANI, R.; HENKE, R. **La specializzazine territoriale dell'industria alimentare**. Napoli: Scientifiche Italiane, 2001.
- FANFANI, R.; MONTRESOR, E. **L'estrutura sociale della'agricoltura italiana verso il 2000**. Milano: Franco Angeli, 2000.

FARINA, E.M.M.Q. Competitividade e coordenação de sistemas agroindustriais: um ensaio conceitual. **Gestão e Produção**, v.6, p.147-161, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-530X1999000300002>.

GIACOMINI, C.; DELL'AQUILA, C.; PERITO, M. **La cooperazione: una nuova centralità nello sviluppo del sistema agroalimentare italiano**. Roma: Inea, 2014. Disponível em: <<https://www.camera.it/temiap/2014/11/10/OCD177-585.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2022.

GOLDBERG, R.A. **Agribusiness coordination: a systems approach to the wheat, soybean and Florida orange economies**. Boston: Harvard University, 1968.

IACOPONI, L. Distretto industriale marshalliano e forma di organizzazione delle imprese in agricoltura. **Rivista di Economia Agraria**, v.4, p.711-743, 1990.

ITÁLIA. Ministero Delle Imprese e del Made in Italy. **Direzione Generale per la Vigilanza Sugli Enti Cooperativi e Sulle Società**. 2022. Disponível em: <https://www.mise.gov.it/images/stories/documenti/Descrizione_del_Mondo_cooperativo_Italiano_-_Novembre_2022.pdf>. Acesso em: 10 maio 2022.

JANK, M.S.; NASSAR, A.M. Competitividade e globalização. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M.F. (Org.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000. p.138-163.

KOTLER, P. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. São Paulo: Atlas, 1994.

LEGACOOP BOLOGNA. **Centro Italiano di Documentazione Sulla Cooperazione e L'economia Sociale**. 2015. Disponível em: <<https://www.legacoop.bologna.it/associazione/storia/subpage-di-storia>>. Acesso em: 3 maio 2022.

MORIN, E.; LISBOA, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MORVAN, Y. **Fondements d'Economie Industrielle**. Paris: Economica, 1991.

NEVES, M.F. Marketing no agribusiness. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M.F. (Org.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000. p.109-136.

OMOTE, H.S.G. **Coordenação de sistemas agroindustriais: uma análise crítica à cadeia produtiva da carne bovina**. Marília: Instituto Superior de Tecnologia, Fundação Eurípedes Soares da Rocha, 2009.

OSSERVATORIO DELLA COOPERAZIONE AGRICOLA ITALIANA. **Rapporto 2017**. 2017. Disponível em: <https://areastudi.legacoop.coop/wp-content/uploads/2017/12/Osservatorio-cooperazione_dicembre-2017.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

PKYKE, F.; BECATTINI, G.; SENGENDERGER, W. **Industrial districts and inter-firm co-operation in Italy**. Geneva: International Institute for Labour Studies, 1990.

REGIONE DEL VENETO. Portal de la Regione del Veneto. **Agricoltura e foreste**. 2020. Disponível em: <<https://www.regione.veneto.it/web/agricoltura-e-foreste/schede-informative>>. Acesso em: 12 mar. 2022.

STEFANINI, P. **Le sfide della cooperazione**. Roma: Donzelli, 2008.

TULLIO, E. **La cooperazione agroalimentare associata in Italia: dimensioni, caratteristiche e comportamenti, con focalizzazione sull'impresa cooperativa orientata all'export**. Bologna, 2011. Disponível em: <http://amsdottorato.unibo.it/4029/1/DiTullio_Ersilia_tesi.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.

VIEIRA FILHO, J.E.R.; GASQUES, J.G. (Org.). **Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos do Censo Agropecuário**. Brasília: Ipea: IBGE, 2020.

ZAMAGNI, S.; ZAMAGNI, V. **La cooperazione: tra mercato e democrazia econômica**. Bologna: Il Mulino, 2008.

ZYLBERSZTAJN, D. Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M.F. (Org.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000. p.1-20.

ZYLBERSZTAJN, D. **Estruturas de governança e coordenação do agribusiness: uma aplicação da nova economia das instituições**. 1995. Tese (Livre Docência) - Universidade de São Paulo, São Paulo.